

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ATIVIDADE DE PERÍCIA E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

1. ADMINISTRACAO

Lei no 4.769/1965 Dispoe sobre a regulamentacao da profissao de Administrador e define suas atribuicoes legais.

Decreto no 61.934/1967 Regulamenta a Lei no 4.769/1965, disciplinando o exercicio da profissao de administrador.

Resolucao Normativa CFA no 593/2020 Define a atuacao do Administrador como Perito Judicial e Administrador Judicial em processos de falencia, recuperacao judicial, inventario, interdicao e demais casos previstos na legislacao processual.

Lei no 11.101/2005 Estabelece que o Administrador Judicial pode ser um profissional da area de administracao, com qualificacao tecnica comprovada.

2. CONTABILIDADE

Decreto-Lei no 9.295/1946 Cria o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regula o exercicio da profissao de contador.

NBC PP 01 Estabelece os principios e diretrizes de conduta etica e tecnica do Perito Contabil.

NBC TP 01 Estabelece os criterios tecnicos para elaboracao de laudos contabeis em pericias judiciais e extrajudiciais.

Resolucao CFC no 1.502/2016 Institui o Cadastro Nacional de Peritos Contabeis (CNPC), exigencia para atuacao judicial.

Lei no 11.101/2005 O contador pode atuar como administrador judicial, elaborando relatorios, pareceres e prestacoes de contas.

3. ENGENHARIA E ARQUITETURA

Lei no 5.194/1966 Regula o exercicio das profissoes de engenheiro, arquiteto e agronomo.

Resolucao CONFEA no 1.066/2015 Dispoe sobre a atuacao de engenheiros como peritos judiciais, fixando requisitos tecnicos e eticos.

Resolucao CONFEA no 473/2002 Requer a emissao de ART (Anotacao de Responsabilidade Tecnica) em servicos de pericia judicial.

Pericias tipicas: avaliacao de imoveis, apuracao de danos estruturais, pericia ambiental, calculo de areas e projetos.

4. DIREITO

Lei no 8.906/1994 Estatuto da Advocacia e da OAB, permite que o advogado atue como assistente tecnico.

Provimento OAB no 188/2018 Reconhece formalmente a Pericia Investigativa Defensiva, assegurando a atuacao do advogado em conjunto com peritos na producao de provas tecnicas em defesa criminal.

5. MEDICINA

Lei no 3.268/1957 Regula o exercicio da medicina e cria o Conselho Federal de Medicina.

Resolucao CFM no 2.183/2018 Define as diretrizes para atuacao do perito medico judicial e administrativo, inclusive

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ATIVIDADE DE PERÍCIA E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

perícia previdenciária.

Código de Ética Médica Capítulo específico sobre atuação do médico como perito, destacando imparcialidade e sigilo.

6. PSICOLOGIA

Lei nº 4.119/1962 Regula a profissão de psicólogo no Brasil.

Resolução CFP nº 006/2019 Regulamenta a atuação pericial do psicólogo no contexto judicial, incluindo elaboração de laudos e realização de entrevistas e avaliações psicológicas.

Código de Ética do Psicólogo Estabelece condutas obrigatórias no exercício da perícia psicológica, especialmente quanto à proteção do sigilo e da imparcialidade.

7. FONOAUDIOLOGIA

Lei nº 6.965/1981 Regula o exercício da fonoaudiologia e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia.

Resolução CFFa nº 383/2010 Define a atuação pericial do fonoaudiólogo, incluindo casos judiciais envolvendo voz, audição e linguagem.

8. SERVIÇO SOCIAL

Lei nº 8.662/1993 Regula a profissão de assistente social.

Resolução CFESS nº 557/2009 Regulamenta a atuação do assistente social como perito, particularmente em processos de família, infância, adolescência e assistência social.

9. FARMÁCIA E BIOMEDICINA

Lei nº 3.820/1960 Cria os Conselhos de Farmácia e regulamenta a profissão.

Lei nº 6.684/1979 Regula a profissão de biomedico.

Farmacêuticos e biomédicos podem atuar como peritos em análises clínicas, toxicologia forense, identificação de substâncias e contaminações.

10. OUTRAS PROFISSÕES

Lei nº 7.498/1986 Enfermagem: permite atuação pericial em processos de erro profissional e assistência técnica em perícias médicas.

Lei nº 9.696/1998 Educação Física: permite perícia em processos envolvendo desempenho físico, reabilitação e qualidade de vida.

Lei nº 5.517/1968 Medicina Veterinária: perícia em casos de maus-tratos a animais, perícias agropecuárias e de segurança alimentar.

Lei nº 5.550/1968 Zootecnia: perícias técnicas no agronegócio, produção animal e avaliação de rebanhos.